

O Aprofundamento da Superexploração: considerações sobre a aliança empresarial-militar na ditadura

Lucas Pacheco Campos (UFF) - lucas-pcampos@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho se insere no campo dos estudos críticos em administração, discutindo as consequências concretas do golpe de 1964 e da ditadura militar para a categoria trabalho e para a classe trabalhadora e suas lutas. Partindo do acirramento das lutas de classes no período imediatamente anterior ao golpe de Estado e do desenvolvimento periférico, fincado nas bases estruturais da dependência, pôde-se delimitar o que de fato foi o tão alardeado “milagre brasileiro”. O principal efeito da aliança empresarial-militar sacramentada em abril de 64 foi o aprofundamento das condições de superexploração da força de trabalho. Assim, a ditadura não pode ser avaliada fora do desenvolvimento capitalista universal, mas sim como um período histórico particular do movimento combinado e desigual do capital. Em poucas palavras, o regime permitiu a intensificação da exploração dos trabalhadores, o que afetou diretamente as relações capital-trabalho a partir daquele momento, possuindo conexões diretas com quadro atual de administração da precarização do trabalho.

Palavras-chave: *golpe e ditadura militar; dependência; superexploração da força de trabalho; precarização do trabalho.*

Área temática: *GT-12 Trabalho, Subjetividade e Poder*

Introdução

Os golpes de Estado deflagrados na América Latina na segunda metade do século XX impactaram profundamente a totalidade dos complexos sociais dos países da região. Respeitadas as devidas diferenças entre as ditaduras que marcaram esse período, pode-se dizer que o Brasil inaugurou, em abril de 64, uma verdadeira produção em série de regimes ditatoriais.

No campo político, as mudanças de regime e de governo incidiram diretamente sobre a estrutura do Estado brasileiro, afetando seus aparelhos, suas funções, formas de atuação e, conseqüentemente, suas relações com a sociedade civil.

Um novo tempo fora inaugurado ou, pelo menos, reforçado. Como aponta Paulo Arantes (2010), tratou-se da intensificação de um perfil social denominado “sociedade do desaparecimento”, cuja característica principal é a naturalização das práticas de encarceramento e desaparecimento. Os objetivos do regime deveriam ser alcançados a qualquer custo e um de seus efeitos fundamentais passava pela eliminação definitiva de adversários políticos que ameaçassem o projeto em curso. Seguindo essa lógica, eram “desaparecidos” tanto aqueles que sobreviviam às perseguições e às sessões de tortura – através do cárcere ou dos exílios –, quanto aqueles que eram assassinados – por meio do desaparecimento de seus corpos.

Apesar da evidente distância que os números oficiais estão da realidade, os dados apresentados pelo 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), de maio de 2010, fornecem uma ideia sobre a dimensão do terror praticado pelo Estado brasileiro entre 1964 e 1985.

A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de quatrocentos cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos. (PNDH-3, 2010, p. 211)

Diante deste cenário, cabe perguntar: o que justificava esse arranjo repressivo? Quais eram os objetivos do regime? Quem se beneficiou?

Para responder essas perguntas, faz-se necessário perceber o corte de classe que marcou o golpe e a ditadura. Ao se questionar sobre o que levou as Forças Armadas a liderarem o projeto golpista de 64, Florestan Fernandes (2014) analisou as características peculiares que envolveram o contexto político-social entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo o autor, os militares não apenas aceitaram os riscos apresentados por “assessores” nacionais e estrangeiros, sobretudo estadunidenses, como foram muito além. Deflagraram o golpe e, em seguida, diferente do ocorrido em outras oportunidades históricas, não entregaram o poder diretamente para a elite ou parte da elite civil nacional.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, tal análise não retira nem ameniza a característica de classe do golpe de Estado. Conforme Nelson Werneck Sodré (2014) já afirmou, os golpes e as tentativas de golpes operacionalizadas pelas forças armadas brasileiras desde 1937 foram instrumentalizadas e mobilizadas por forças políticas conservadoras, liberais e reacionárias. Não se pode permitir, portanto, que a fachada militar oculte a essência do que foram o golpe, a ditadura e a transição. É necessário ser cuidadoso para não tomar a superfície como a substância. De forma sucinta, Fernandes (2014) é bastante claro:

Note-se que essa problemática elementar [o papel dos militares] repunha o passado no presente e favorecia o influxo contínuo da “modernização conservadora”, com todos os seus efeitos nocivos. As revoluções e as reformas capitalistas frustradas, interrompidas pela ganância e pelo espírito

estrito da burguesia brasileira, poderiam permanecer estranguladas. Por sua vez, os requisitos do desenvolvimento capitalista associado foram intensificados e desvinculados de qualquer contexto democrático, agravando em profundidade e extensão os problemas e dilemas sociais herdados do passado remoto e recente ou pelas condições anormais de opressão, repressão e espoliação dos trabalhadores e dos oprimidos. (FERNANDES, 2014, p. 177)

Não foi um acidente histórico, portanto, que desde o primeiro dia da ditadura o Estado tenha assumido a repressão, a censura, a tortura e o desaparecimento como ferramentas de governo, isto é, utilizados pela administração pública como instrumentos (oficiais ou não) no sentido de garantir fins determinados. Assim, o *modus operandi* de terror inaugurado em 64 não pode ser visto como um mero reacionarismo intrínseco às forças militares.

Segundo apontam as análises de diversos autores, em especial de Ruy Mauro Marini (2008 e 2013), o regime de terror permitiu o aprofundamento de uma forma de desenvolvimento capitalista específica, a qual (re)alinhou os grandes capitais interno e externo. Tal ordenamento de forças econômicas e políticas significou consequências diretas para as lutas de classes. Os trabalhadores, enquanto classe, e o trabalho, enquanto categoria antagônica ao capital, foram alvos centrais do golpe e do regime.

Considerando este cenário, o objetivo principal deste trabalho é compreender quais foram as consequências da aliança empresarial-militar estabelecida em 1964 para a classe trabalhadora. Com isso, espera-se evidenciar que a expressão política ditatorial, que possuía vínculos diretos com as burguesias nacional e internacional, foi decisiva para o aprofundamento da superexploração da força de trabalho brasileira.

Como argumenta Marcelo Carcanholo (2013), a condição de superexploração persiste e se agrava nos dias de hoje, o que, a nosso ver, funciona como elemento basilar para aquilo que Ricardo Antunes (2009) tem chamado de precarização estrutural do trabalho. Aí está precisamente a importância de estudar com atenção o período ditatorial: é necessário aprimorar o entendimento sobre as bases que conformam o atual cenário de administração da precarização do trabalho e dos conflitos capital-trabalho no ambiente nacional, objeto de interesse central para as ciências administrativas.

Afinal, como aponta Arantes (2010), a despeito das três décadas que nos distanciam do fim do regime, ainda estamos no começo de um longo processo: “acabamos de evocar a brasa dormida de um passo histórico, os vasos comunicantes que se instalam desde a primeira hora entre o mundo dos negócios e os subterrâneos da repressão” (ARANTES, 2010, p. 206).

Para se aproximar dos objetivos propostos, recorreu-se a uma revisão bibliográfica de obras e dados que remontam àquele período. Em primeiro lugar, o artigo estudará o desenrolar das lutas de classes que marcaram o pré-64, em especial entre 1960 e 1964. Em seguida, serão explicitadas certas condições estruturais do sistema capitalista e a forma particular da inserção do Brasil no mesmo, partindo da interpretação de teóricos da dependência. Por fim, o artigo questionará o tão apregoado “milagre econômico brasileiro”. Para tanto, serão investigadas as consequências concretas que recaíram sobre as classes trabalhadoras, sobre suas lutas e suas condições de vida.

Em suma, pretende-se responder às seguintes questões: concretamente, o que significou o golpe e a ditadura para as relações capital-trabalho, para os trabalhadores e para as lutas de classes?

I - O Acirramento das Lutas de Classes no Pré-64

Desde a década de 1910, devido, sobretudo, à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), observou-se no Brasil um notável impulso no sentido de substituir sua política de importações e sua economia baseada essencialmente na produção para exportação. Segundo Theotônio dos Santos (2000), iniciou-se um processo de revisão do ideário desenvolvimentista estabelecido até então, o qual naturalizava as relações de colonialismo na periferia do capitalismo mundial. Desse movimento emergiram iniciativas de industrialização, vista como base para a constituição de uma sociedade independente e para a superação do atraso científico, tecnológico e cultural (Dos Santos, 2000).

Este processo de industrialização, observado desde o início do século XX, mas que fora impulsionado especialmente a partir da Era Vargas, trouxe consigo o fenômeno de migração em massa da população rural para as cidades. Uma das principais consequências de tal movimento foi a formação de uma massa de trabalhadores assalariados nas cidades. Era o proletariado urbano brasileiro que ganhava corpo e surgia com novas preocupações e reivindicações, e, aos poucos, organizava-se enquanto classe para si, no sentido de intervir naquela realidade social em seu favor.

Apesar do grande dilema vivido pelas organizações dos trabalhadores desde o início do processo de industrialização, que pendiam entre a autonomia em suas lutas e o vínculo quase orgânico com o Estado (Antunes, 2011), percebe-se que entre os anos 30 e o início dos 60 houve um notável amadurecimento político e organizativo dos trabalhadores brasileiros.

Depois de um acúmulo de cerca de três décadas de experiências, a classe trabalhadora finalmente despontava (no início dos anos 60) como sujeito político coletivo capaz de interferir nos rumos sociais e econômicos do país. Como argumenta Caio Navarro de Toledo (2014), a política deixava de ser um privilégio dos governos e das classes dominantes e tomava as ruas, as praças, os campos, as fábricas, os quartéis militares, etc.

De forma sintética, pode-se dizer que as lutas desse tempo se aglutinavam em torno do que ficou conhecido como reformas de base. Sem esquecer do viés populista empregado por João Goulart durante seu governo e dos limites do reformismo, foi a unidade nas lutas por um conjunto de reformas estruturais que possibilitou a emergência de grandes mobilizações populares entre 1960 e 1964. Diversos autores destacam essa crescente mobilização das classes trabalhadoras, como Toledo (2014), Argelina Figueiredo (2014) e Francisco de Oliveira (2014). Jacob Gorender (2014) chegou a considerar que a aglutinação das massas ao redor do programa de reformas gerou um ambiente pré-revolucionário entre os anos de 1963 e 1964, ao menos no nível da retórica.

Em suma, o ponto que nos interessa aqui é a compreensão de que o período pré-64 ficou marcado por um grande amadurecimento das lutas dos trabalhadores (urbanos e rurais) oriundo do aprofundamento das contradições do desenvolvimento capitalista nacional. Era um ambiente de politização crescente que respondia aos efeitos concretos do avanço da industrialização brasileira. Tais lutas se espalharam pelo país, buscando melhores condições de vida, maior participação democrática, a garantia de direitos universais, como saúde, educação e previdência pública, dentre outras reivindicações.

II - A Coerção sobre o Consenso

Nesta conjuntura de mobilizações, as lutas pelas reformas ganhavam ainda mais força no decorrer do ano de 1963. Falava-se em reforma agrária, econômica, administrativa, urbana, política, dentre outras. Neste sentido, logrou-se certo grau de aceitação inclusive em alguns setores da burguesia nacional, realçando brechas no próprio bloco de dominação burguês.

Apesar de seus limites estruturais, a luta de caráter reformista revelou um verdadeiro caráter mobilizador. Sem deixar de notar também a inclinação populista, o fato é que a ideia das reformas revelava um viés positivo de penetração nas massas. Atingia a classe trabalhadora (do campo e da cidade) e setores populares. Ao mesmo tempo, correspondia a aspirações de segmentos da classe média e de parte do setor nacionalista da burguesia nacional. Alcançou, portanto, um notável potencial de engajamento e mobilização política.

É importante reconhecer que as lutas pelas reformas não possuíam um caráter revolucionário ou socialista. Contudo, conforme indicam as análises de Gorender (2014), estes movimentos se afirmavam, em geral, ao redor de duas linhas argumentativas: as reformas garantiriam a passagem do Brasil para o patamar de país capitalista independente e democrático-popular; ou significariam a consolidação de um ambiente pré-revolucionário consistente, podendo transbordar para uma brecha de transformação socialista, no longo prazo.

Ocorre que estes prognósticos não puderam ser testados. Uma das consequências objetivas do desenrolar desta tática dos movimentos populares foi a profunda vinculação às instituições e à estrutura da ordem burguesa (Toledo, 2014). As lideranças comunistas, por exemplo, que atingiam naquele período a maior inserção popular de toda sua história, atrelavam-se aos interesses janguistas, ofuscando o papel das bases trabalhadoras nos processos de lutas. A intenção era uma aliança com certa fração da burguesia nacional para promover a hegemonia trabalhadora somente em seguida.

Segundo Gorender (2014), o erro central desta tática estava em sua inviabilidade concreta. A burguesia brasileira não podia ser comparada a burguesias frágeis de outros países da periferia capitalista mundial, pois não era passível de ser hegemônica por um partido ou movimento revolucionário. Em outras palavras, a burguesia nacional já era, inegavelmente, a classe dominante no início da década de 1960, dispo de grandes recursos financeiros, dos aparelhos do Estado e de diversos aparelhos ideológicos. Obviamente, não necessitava de uma revolução para alcançar um poder que já possuía. “A pretensão do PCB de hegemônica-la [a classe burguesa] fundava-se numa ilusão. Sucedeu o contrário: o PCB é que foi hegemônico” (GORENDER, 2014, p. 71).

Como afirma Mendonça (1986), a burguesia nacional já havia se firmado enquanto classe organizada e articulada em função de seus próprios interesses. Mais especificamente, a autora percebe que desde o Governo JK os empresários industriais já se consolidavam como a parcela da burguesia dominante entre as demais. É importante notar, entretanto, que este perfil dominante não significava uma hegemonia no sentido gramsciano. Como argumenta Felipe Demier (2014), apesar da alta capacidade organizativa e da liderança no bloco dominante, a burguesia nacional não possuía condições estruturais de consolidar sua hegemonia plena, o que ficaria evidente com a opção de alinhamento às Forças Armadas no golpe de Estado de 64¹.

¹ O acirramento das lutas de classes e o golpe burguês de 1964 demonstrarão a incapacidade da burguesia nacional em consolidar sua posição de hegemonia política e ideológica entre as demais classes antagônicas a ela (trabalhadores urbanos, camponeses, classes médias). Essa afirmação não nega a

De acordo com as análises de Ruy Mauro Marini (2013), a questão essencial nessa problemática é que o bloco composto pela burguesia industrial e por outros setores vinculados ao capital internacional percebia os riscos que a crescente mobilização pelas reformas emanava para sua lógica de dominação. Assim, como aponta Gorender (2014), o modelo de dominação burguesa de viés populista até então adotado já não dava conta de garantir seus interesses, o que gerava um problema para o domínio através do consenso.

Apesar dos esforços conciliatórios de Jango, a força alcançada pelos movimentos populares e de trabalhadores pressionava o presidente para um avanço maior do que o pacto de dominação burguês estava disposto de aceitar. Com o tempo, poderia colocar em risco o próprio projeto capitalista em vigor.

Foi, portanto, nesse contexto que o pacto de dominação baseado no consenso (que, apesar de seus problemas e suas contradições, mantinha-se desde a Era Vargas) se deteriorou, abrindo caminho para a intensificação dos interesses golpistas represados desde 1954. Em outras palavras, com o acirramento das contradições do projeto de industrialização e das lutas de classes, o golpe de Estado significou a substituição de um modelo decadente de dominação, marcado pela ideologia consensual do populismo, por um novo, caracterizado pela dominação política de caráter coercitivo e extremado (Gorender, 2014).

Em suma, o golpe militar representou uma resposta ao forte processo de emancipação política das classes trabalhadoras, que vinha se construindo, em especial, desde a década de 1950. Independente de como se enxergue o golpe militar, o receio burguês com relação ao acirramento das lutas populares não pode faltar às análises sobre o golpe e a ditadura, apesar de seus limites evidentes.

III - Opção Deliberada pela Dependência

Ao contrário do que os ideários de conciliação de classes embutidos no modelo industrializante iniciado com Vargas e continuado – sob outros formatos – por JK e por Goulart, o desenvolvimento histórico do projeto capitalista brasileiro não conduziu o país a uma revolução democrática com liderança da burguesia nacional.

Em lugar de uma revolução burguesa, o processo brasileiro [o golpe de 1964] representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e, claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro; este não vacilou, sobretudo na primeira fase do processo, em se aliar aos setores mais reacionários do país, impondo sua hegemonia. E não poderia ser diferente: a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário. (MARINI, 2013, p. 28-29)

Além disso, o que ocorreu neste momento histórico foi diferente do que se passou em outros períodos de aliança entre setores dominantes nacionais (burguesia industrial e oligarquia rural exportadora). Devido às mudanças ocorridas no sistema capitalista mundial (crise de 29 e da saída de viés keynesiano-fordista) e no próprio modelo de acumulação brasileiro, sobretudo a partir do Plano de Metas e da Instrução nº

consolidação da liderança burguesa no interior do bloco dominante e sua influência em grandes estratos das classes médias, o que ficará evidente nas “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”, financiadas e organizadas especialmente pelo IPES/IBAD e pela igreja católica em março e abril de 1964. Trata-se de notar que essa posição da burguesia nacional (dominante, mas não hegemônica) explica, ao menos em parte, a outorga do poder político para as Forças Armadas em 64. Para mais detalhes, ver Demier (2014).

113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o arranjo de poder entre as classes dominantes ocorreu de maneira mais natural no golpe de 1964, pois passou a conciliar interesses em comum. Conforme afirma Marini (2013), a burguesia industrial que se firmava desde os anos 30 assumiu ali, de forma deliberada, sua posição de sócia minoritária no cenário capitalista internacional, aceitando definitiva e predominantemente uma inserção de tipo dependente-associada.

Esta linha de interpretação sobre o desenvolvimento histórico se insere no campo que ficou conhecido como Teoria Marxista da Dependência, protagonizado por teóricos como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank. De forma extremamente sucinta, mas que atende aos objetivos deste artigo, pode-se afirmar que esta corrente teórica parte da concepção de totalidade marxista e repara que não seria possível o desenvolvimento da grande indústria capitalista nos países centrais caso não pudessem contar com as exportações de matérias primas e produtos semimanufaturados vindos das ex-colônias. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista nos países centrais deve fundamentalmente à forma de inserção subordinada das economias periféricas na estrutura capitalista global.

Foi a partir dessa compreensão que Marini definiu a dependência como

[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. (MARINI, 2008, p. 111)

Segundo o autor, a dialética da dependência segue a lógica desigual e combinada de expansão do capitalismo, caracterizando-se pela troca desigual, ou seja, pela transferência “gratuita” de excedentes produzidos pelas economias subordinadas para as economias centrais. Trata-se de uma apropriação estrutural de valor – da periferia para o centro – que possui características particulares.

Nesse sentido, o que permite que as economias de tipo dependente cumpram este papel é fundamentalmente uma maior exploração de seus trabalhadores. É isso o que esclarece a afirmação de Marini (2008) de que o desenvolvimento dependente reproduz e amplia a própria condição de dependência. Em outras palavras, o que permite essa troca desigual se dá no nível da produção interna das economias dependentes, por meio do recurso da superexploração da força trabalho.

[...] el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedir la en el plano de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el de la producción interna. (MARINI, 2008, p. 124)

Marini (2008) identifica três mecanismos que configuram um modo de produção fundado na superexploração, são eles: a intensificação do trabalho, o prolongamento das jornadas e a expropriação de parte do trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Os leitores mais atentos dirão, com razão, que nenhum desses mecanismos é novo para a lógica capitalista, pois se encontram, em maior ou menor grau, em qualquer ambiente marcado por relações capitalistas de produção. No entanto, o argumento de Marini (2008) é que a combinação destes três mecanismos culmina em um tipo de desvalorização do trabalho que não se encontra de maneira generalizada no interior das economias capitalistas centrais, mas que compõe a forma típica da exploração capital-trabalho em economias dependentes, como a brasileira.

Que fique claro um ponto: o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa maior exploração da força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das economias centrais se encontram submetidos a uma intensificação constante de sua exploração (MARINI, 2013, p. 173).

Assim, o que caracteriza precisamente a superexploração é que, *em localidades dependentes, a força de trabalho é remunerada predominantemente a um preço inferior ao seu valor real*. Logo, a combinação dos três mecanismos promove, nas economias dependentes, um formato de exploração distinto do que ocorre em geral nas relações capital-trabalho em economias centrais.

Tendo essas condições estruturais em vista, percebe-se que o acirramento das lutas sociais, observado entre os anos 30 e 60, tinha relação direta com as contradições intrínsecas aos projetos de industrialização do Brasil, marcados pela dependência e fundados na superexploração (Marini, 2008 e 2013).

Assim, a primeira metade da década de 1960, em especial durante o governo Goulart (1961-1964), significou o auge deste acúmulo de contradições, ficando marcada por duas características especiais: pelo domínio não-hegemônico burguês e pelo acirramento das lutas de classes. Como afirma Marini (2013, p.174-175), este ambiente provocou uma tendência de crescimento do salário real, o que afetava as taxas de lucro imediatas e, no longo prazo, poderia colocar em xeque o projeto capitalista que vinha sendo posto em prática, isto é, o desenvolvimento dependente pautado na superexploração. Os dados sistematizados por Otávio Ianni e também analisados por Mendonça (1986) confirmam esta observação: entre os anos de 1959 e 1964 o salário médio real subiu 10,38%.

Foi exatamente no sentido de conter esta conjuntura histórica que se deu o alinhamento militar-empresarial de 64. O golpe de Estado representou interesses capitalistas ao reunir apoio do grande capital interno e externo, isto é, da burguesia industrial, da oligarquia agroexportadora e do imperialismo internacional. No âmbito político, em virtude do acirramento das lutas de classes e da deterioração do pacto de dominação baseado no consenso, a reorientação e a repactuação pelo poder que estava em curso exigia um novo regime de controle coercitivo e extremado, conforme se pode interpretar das análises de Gorender (2014), Fernandes (2014) e Demier (2014).

Apesar das modificações no regime político, a rigor, a escolha pelo aprofundamento da dependência não significou uma ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista que vinha sendo adotado até então. Mesmo o segundo governo de Vargas (1951-1954) e o projeto janguista (1961-1964), apesar de suas intenções conciliatórias e reformistas, nunca chegaram a romper com as estruturas de dependência. O golpe significou, portanto, uma reação à ascensão das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, a (re)afirmação do modelo de acumulação dependente-associado², viabilizado por um regime político autocrático burguês, de face policial-militar.

O objetivo aqui não é reduzir as explicações do golpe de Estado e da implementação do regime ditatorial às condições estruturais do sistema capitalista. Na verdade, uma série de condicionantes conjunturais, estruturais e até mesmo aleatórios determinaram o curso dos acontecimentos. O que se pretende destacar é que o acirramento das lutas de classes em nível nacional combinado às condições estruturais

² Para um entendimento mais aprofundado sobre a condição de dependência, ver, principalmente, os trabalhos de Ruy Mauro Marini, “La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil” e “Dialéctica de la dependência” e de Theotônio dos Santos, “A Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas” (2000) e “Imperialismo y Dependência” (2012). Os referidos artigos de Marini, assim como outras obras do autor, podem ser encontrados na coletânea organizada por Carlos Eduardo Martins, “América Latina, Dependência y Globalización” (2008). Para uma discussão sobre a atualidade da teoria da dependência e o aprofundamento de seus efeitos sobre a morfologia das relações-capital trabalho nos dias de hoje, ver Carcanholo, “O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência” (2013), e Amaral e Carcanholo, “A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes” (2009).

de dependência, converteram-se em elementos fundamentais para as movimentações golpistas de 64. Isso porque permitiram a unidade entre as Forças Armadas e os grandes capitais interno e externo, no sentido de conter as crescentes mobilizações populares e, simultaneamente, garantir o avanço de um projeto dependente, que naquela conjuntura interessava a todo o bloco dominante.

IV – “Milagre” para quem?

Ficam agora as seguintes perguntas: quais foram os efeitos reais desse processo histórico para as relações capital-trabalho? O que a ditadura significou para os trabalhadores, suas lutas e suas condições de vida?

Grande parte das interpretações sobre o período ditatorial exaltam aquilo que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”. Algumas destas visões não negam a ocorrência de repressões sistemáticas, mas sugerem certa relativização, visto um suposto “desenvolvimento nacional” alcançado graças às administrações militares.

De fato, as taxas de crescimento da atividade econômica no país atingiram números impressionantes entre os anos de 1967 e 1974. À título de exemplificação, de acordo com Wilson Cano (2015), as taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da indústria de transformação alcançaram neste período os índices de 9,3% e de 12,5%, respectivamente. Ora, mas se o país vinha de um período de crise política e econômica (1960-1964), o que tornou possível o “milagre”? Para se aproximar de respostas, serão analisados os alicerces que permitiram o tão alardeado crescimento e seus impactos para os trabalhadores no decorrer de toda a ditadura.

Utilizando dados e análises de diversos autores, como Mendonça (1986), Gurgel (2006), Antunes (2011), Marini (2013) e Cano (2015), serão estudadas políticas aplicadas pelos distintos governos ditatoriais (de cunho econômico, previdenciário, trabalhista, institucional, etc.), as quais influenciaram as formas de gestão das relações capital-trabalho, em níveis macro e micro. Ao mesmo tempo, toma-se o *modus operandi* de terror como um mecanismo adotado pelo Estado de fundamental importância para a consolidação do “milagre”.

Neste sentido, serão analisadas distintas políticas do Estado ditatorial que atingiram direta e indiretamente a classe trabalhadora. Para tanto, esta seção está dividida em dois eixos de investigação: a) sobre medidas que atingiram o campo político-organizativo da classe trabalhadora e b) aquelas que afetaram diretamente o campo produtivo. Para efeito de esclarecimento, cabe salientar que esta divisão tem função meramente analítico-explicativa, pois, na realidade, estes dois momentos agem simultaneamente sobre as relações capital-trabalho, complementando-se enquanto partes de um mesmo processo.

No campo político-organizativo, destacam-se as inúmeras formas utilizadas pelo regime para desestabilizar a capacidade de organização e os modos de atuação coletiva da classe trabalhadora. A motivação de tais ataques tinha origem no já mencionado desenvolvimento concreto das lutas travadas pelos trabalhadores no período anterior a 1964. Este processo pressionou, por exemplo, para a elevação real dos salários, tal como os dados de Ianni revelaram. Como não cabiam tendências deste tipo em um projeto dependente-associado, a contenção das lutas dos trabalhadores era de fundamental importância para a reafirmação do desenvolvimento dependente.

Sindicatos, partidos e movimentos sociais que representavam e organizavam as lutas da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2009) foram invadidos, desarticulados e sofreram intervenção desde o primeiro dia do regime. Milhares de trabalhadores foram exilados, presos, torturados e/ou assassinados.

Como apontam as pesquisas de Elina Pessanha (2014), a repressão durante o regime esteve presente no próprio ambiente laboral, dentro de companhias públicas e privadas. Segundo a autora, a repressão nos locais de trabalho era exercida não apenas por militares e policiais, mas principalmente pelos patrões e gestores. Demissões sumárias, ameaças, perseguições e denúncias com base na Lei de Segurança Nacional faziam parte do dia a dia de muitos trabalhadores. Além disso, muitos foram impedidos de exercer suas profissões, sendo monitorados constantemente pelo aparato de repressão.

Segundo Marco Aurélio Santana (2014), a ditadura procurou estabelecer controles de longo prazo sobre suas lutas. Para tanto, as novas legislações foram essenciais. Segundo o autor, naquele momento foram estabelecidas regras restritas para a realização de mobilizações e para a ocupação dos espaços sindicais (exemplo: os candidatos às eleições sindicais passavam por avaliação do Ministério do Trabalho e das polícias políticas). Com isso, “o que se deu de fato foi a proibição de qualquer greve política e/ou de solidariedade” (SANTANA, 2014, p. 174).

Tomando como base as análises de Florestan Fernandes, Antunes (2011) entende que o regime militar se consolidou como um Estado autocrático-burguês, o qual, ao significar a opção por um determinado projeto de acumulação capitalista, caracterizou-se pela forte repressão ao movimento operário.

[...] Os partidos de esquerda foram declarados ilegais, mantendo-se somente dois partidos oficiais. Houve intervenção em centenas de sindicatos, sendo que a CGT e a UNE também foram proibidas. Temerosas frente ao avanço popular, as classes dominantes responderam com um golpe militar – em verdade, uma *contrarrevolução*, na mais precisa caracterização feita por Florestan Fernandes. Principiava, então, uma era de derrotas para as forças sociais oriundas do trabalho. A repressão ao movimento operário organizado, aos sindicatos, aos movimentos sociais rurais e às esquerdas abria caminho para a inserção ainda maior do Brasil no processo de internacionalização do capital. (ANTUNES, 2011 p. 84)

Mendonça (1986), por sua vez, destaca a nova legislação salarial e trabalhista imposta pelo regime ainda em 1965. Em sua análise, a autora destaca três objetivos principais. O primeiro deles, o qual nos deteremos melhor mais adiante, buscava a transferência de recursos dos trabalhadores para o setor industrial, mediante programas de poupança forçada. Os outros dois se referiam ao impedimento direto das possibilidades de organização dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ao fortalecimento dos sindicatos e do sistema corporativo-empresarial “como construtores da coesão social” (MENDONÇA, 1986, p.93).

Na prática, os desdobramentos de todas essas medidas significaram a abolição do direito à greve, a impossibilidade de negociação coletiva por parte dos trabalhadores, a supressão do regime de estabilidade, incentivos à alta rotatividade no emprego, o reordenamento da previdência, dentre outras consequências. Além de flexibilizar os direitos trabalhistas, tais ações atingiam de maneira contundente o poder de resistência e de pressão dos trabalhadores, beneficiando claramente os donos do capital. Mas não foi apenas isso. Buscava-se também a eliminação das orientações políticas que marcaram o sindicalismo brasileiro no período anterior à ditadura.

Ao lado desses efeitos, produziu-se igualmente a maior dependência dos trabalhadores em face de autoridades patronais, sindicais e previdenciárias, que sofreram forte burocratização após 1964. Seu objetivo era reorientar o sindicalismo brasileiro de acordo com as exigências da nova estrutura de poder e seus instrumentos foram a cuidadosa seleção das lideranças, a centralização dos recursos da previdência, bem como a fixação de um novo conteúdo para a atividade sindical. Voltava-se a acentuar o caráter recreativo

assistencial dos sindicatos em detrimento de sua função política.
(MENDONÇA, 1986, p. 95)

Todo este processo contribuiu para o que Mendonça (1986, p.94) chamou de “maior subordinação do trabalhador à disciplina da fábrica”. Sobre este ponto, Santana (2014) afirma o seguinte:

O Estado passa a alterar sua posição, no tocante tanto às questões trabalhistas, quanto às questões sindicais. Ainda que também se pautando pelo lastro da CLT, passava-se agora a dar realce aos seus ditames repressivos e de controle. [...] Com isso, não se visa propriamente enfraquecer os sindicatos; antes, busca-se dar-lhes outro tipo de força. A ideia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social. Não é por acaso, portanto, que através dos dirigentes impostos aos sindicatos, visou-se tornar atrativa a filiação sindical, fornecendo mais benesses do que as já dispostas na CLT (SANTANA, 2014, p.175)

Tais percepções corroboram as análises de Coimbra e Leitão (2003). As autoras sustentam que a ditadura – fundamentada no *modus operandi* de terror (Doutrina de Segurança Nacional e guerra ao inimigo interno) e nos compromissos com o empresariado – foi o marco para a produção de um novo conjunto de subjetividades dentro da realidade capitalista que se modificava. Dessa forma, uma reorientação individualista, tecnicista e apolítica das atividades e das funções sindicais contribuíram direta e indiretamente para o enfraquecimento do coletivo e o enaltecimento do individual.

Como afirma Francisco de Oliveira (2014), foi nesse sentido que a repressão autoritária pautada em ações institucionais e burocráticas, bem como no terrorismo de Estado, constituiu-se em elemento fundamental para um processo de exclusão política da classe trabalhadora no decorrer do regime. Tal situação rompeu com um crescimento político-organizativo das classes oriundas do trabalho.

As medidas que atingiram diretamente o campo econômico, por sua vez, dizem respeito ao próprio desenvolvimento do capitalismo dependente e suas particularidades. Referem-se às consequências diretas para a produção e, conseqüentemente, para as relações capital-trabalho.

Estas consequências podem ser analisadas a partir das diretrizes traçadas pelas diferentes políticas econômicas implementadas no decorrer do regime. Segundo o entendimento de Mendonça (1986), a política implementada pelo primeiro governo militar (Castelo Branco) praticou uma espécie de “recessão calculada”, que durou de 1964 a 1966. Os imperativos dessa estratégia eram dois:

a) recriar condições para financiar as inversões necessárias à retomada da expansão capitalista; e b) fornecer as bases institucionais do processo de concentração oligopolista a qual, até o momento, vinha se dando caoticamente. (MENDONÇA, 1986, p. 91)

Nesse sentido, o ponto central das políticas aplicadas entre 1964 e 1966 foi construir o ambiente propício para a superação da crise econômica vivida na primeira metade dos anos 60. Tal como ocorre geralmente em processos de superação de crises capitalistas, houve um duplo movimento: concentração de capitais e aprofundamento da desvalorização do trabalho. Para Mendonça (1986), a “pedra de toque” deste processo foi o que chamou de “financiamento interno da acumulação”, isto é, o arrocho salarial, que era justificado como mecanismo anti-inflacionário.

Logo no início do regime, Marini (2013) já havia percebido que o salário médio mensal na região de São Paulo, principal parque industrial do país na época, sofrera graves quedas imediatamente após o golpe:

[...] após aumentar progressivamente entre 1959 e 1964 – passando em termos reais, de 8.298 cruzeiros para 9.611 – foi reduzido a 6.876 cruzeiros

em 1966, sofrendo então uma queda de 15,6% nesses dois anos (dados do Dieese, em cruzeiros antigos) (MARINI, 2013, p. 175).

Em entrevista concedida à Agência Brasil, Clemente Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), também destaca a desvalorização real dos salários³. Baseado em dados tratados pelo próprio Dieese, o entrevistado afirma que após 1974 o salário mínimo já tinha a metade do poder de compra de 1960.

Outros autores também destacaram a desvalorização real dos salários no decorrer da ditadura. Partindo dos dados de Ianni, percebe-se que a desvalorização do salário médio real entre os anos de 1964 e 1969 foi de 31,53% (Ianni *apud* Mendonça, 1986, p. 92). Gurgel (2006), por sua vez, baseado em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destaca que entre os anos de 1970 e 1984 houve uma desvalorização real do salário mínimo na ordem de 29,36%. Nota-se que a desvalorização dos salários não ficou restrita ao período denominado por Mendonça (1986) de “recessão calculada” (1964-1966), nem apenas ao momento do “milagre” (1967-1974). Segundo os dados apresentados por Gurgel (2006), entre 1961 e 1984 o balanço de desvalorização real do salário mínimo foi de pelo menos 45%.

Apesar das diferentes metodologias e formas de cálculo utilizadas, o que estes dados confirmam é a evidente compressão salarial ocorrida no decorrer da ditadura, isto é, a desvalorização sofrida pelo trabalho perante o capital. Percebe-se, assim, que o arrocho salarial funcionou como a tônica do desenvolvimento econômico durante todo o regime, não apenas no período do “milagre”. E foram diversas as medidas que contribuíram direta ou indiretamente neste sentido.

Os programas de poupança forçada implementados pela nova legislação salarial e trabalhista de 1965, por exemplo, funcionaram como verdadeiros mecanismos de transferência de recursos dos trabalhadores para a grande burguesia. Segundo Mendonça (1986), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) tinham como objetivo principal o financiamento do capital fixo de empresas privadas, possibilitando o barateamento dos investimentos industriais. Utilizando-se dessa e de outras ferramentas, a nova legislação trabalhista afetou diretamente as relações capital-trabalho, aprofundando a apropriação de valor pelo capital.

Os desdobramentos dessa política [trabalhista e salarial] são fartamente conhecidos. Além de institucionalizar o arrocho *seletivamente* contra a classe trabalhadora, o governo aboliu, na prática, o direito de greve e o poder de barganha coletiva, promovendo rearranjos nas relações de trabalho. Fixando tetos para os aumentos salariais – que beneficiavam os membros da classe média – o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, privilegiando os estratos de alta renda. (MENDONÇA, 1986, p. 93, grifo da autora)

Como afirma a autora, a contenção salarial funcionou como técnica de confisco, favorecendo a concentração e a reprodução do capital. Cano (2015), por sua vez, percebeu diversas medidas que favoreceram direta e indiretamente o aprofundamento da concentração de renda durante o regime, o que também contribuía para o movimento de desvalorização salarial.

Para enfrentar alguns daqueles problemas [câmbio desvalorizado, desbalanceamento das finanças públicas, inflação, queda das taxas de

³ A matéria é de autoria de Bruno Bocchini e foi publicada em 31/03/2014, com o título de “Milagre para uns, crescimento da economia foi retrocesso para maioria”. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/milagre-para-uns-crescimento-da-economia-foi-retrocesso-para-maioria>>. Acessada em 20/07/2015.

acumulação, etc.], o regime autoritário elaborou uma série de reformas institucionais e econômicas, como a do sistema monetário e financeiro; criação da correção monetária para títulos públicos e privados da reforma tributária; da criação do Banco Nacional de Habitação, para financiar a política habitacional; da substituição da estabilidade no emprego pela criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); do acordo de garantia de investimento assinado com o governo norteamericano. (CANO, 2015, p. 92)

A reforma tributária, por exemplo, logrou êxito em aumentar a capacidade fiscal do Estado a partir da ampliação da regressividade tributária e de uma gama de concessões e incentivos fiscais para o capital (Cano, 2015). O autor ressalta ainda os benefícios financeiros e cambias promovidos pelo Estado para diversos setores do bloco dominante. Como exemplo, destaca o sistema de crédito rural, fator decisivo para a modernização conservadora que marcou os setores agroindustriais exportadores no período.

Todo este cenário aprofundou a concentração de renda e de riqueza. Segundo os dados apresentados por Mendonça (1986), se em 1960 os 5% mais ricos detinham em torno de 27,69% da renda nacional, em 1970 passaram a dominar 34,86%. No mesmo período, os 50% mais pobres passaram de 17,73% para 14,91%. Sobre este ponto, Gurgel (2006) percebe o aprofundamento da concentração de renda nos 21 anos de ditadura. O autor destaca que a participação econômica do 1% mais rico saltou de 11,9% antes do regime para 19,1% na segunda metade da década de 1980.

Mendonça (1986) destaca ainda outras duas consequências das novas políticas salariais e de orientação econômica que contribuíram para o rebaixamento ainda maior do preço da força de trabalho: a notável extensão das jornadas laborais e a intensificação do trabalho. Enquanto a autora atentou para a maior participação feminina e infantil como força de trabalho à baixo custo, Marini (2006) deu ênfase à alta densidade populacional brasileira, que na década de 1970 inundava o mercado com cerca de 1 milhão de novos trabalhadores anualmente. Pode-se acrescentar ainda que o aprofundamento da modernização conservadora seguia intensificando a desvalorização do preço da força de trabalho ao forçar o assalariamento e a precarização no campo e, em consequência, a migração em massa para as cidades.

Os dados de Paul Singer (*apud* Mendonça, 1986, p. 94), por sua vez, confirmam a extensão das jornadas de trabalho. No Rio de Janeiro, o percentual da força de trabalho não-agrícola que trabalhava mais de 50 horas por semana subiu de 23,2% em 1968 para 31,8% em 1972. Em São Paulo a tendência foi a mesma: o índice subiu de 24,2% em 68 para 28,2% em 72. Ao mesmo tempo, com todas estas medidas e suas consequências, percebe-se o que Mendonça (1986, p. 95) chamou de “elevação brutal da produtividade física do trabalho” no decorrer do regime autoritário.

Considerando todo este cenário, cai por terra a falsa imagem de “Brasil grande” e de “milagre econômico”, que usualmente funciona como argumento para desculpar ou atenuar a sanguinária repressão política. Fica evidente que “diante de todos os mecanismos compulsórios e espoliativos produzidos (e mantidos) pelo regime autoritário, milagre seria não ter havido o “milagre” (MENDONÇA, 1986, p. 99).

No meio de todo este contexto, os grandes incentivos ao capital privado merecem uma discussão mais atenta. Para Marini (2013), o aspecto mais interessante do conjunto de medidas que ficou conhecido como Plano Trienal ou Plano de Ação Econômica, desenvolvido entre 1964 e 1966, foi o perfil estratégico conferido ao capital estrangeiro. O plano promoveu um notável aumento da importância concedida a estes capitais na formação de capital fixo, saltando de 17% ao ano para 29,4% em 1966. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma diminuição da poupança nacional de 15,8% para 13%.

O destaque em nossa análise para o posicionamento dos capitais estrangeiros tem sua razão de ser. Essa discussão nos remete à própria opção de reativação do desenvolvimento capitalista materializada pelo golpe de 64, isto é, o aprofundamento da integração dependente-associada ao imperialismo. Não é à toa que se observa um galopante crescimento da dívida externa brasileira durante a ditadura.

Segundo os dados trabalhados pro Cano (2015), a dívida externa subiu de uma média anual de 3 bilhões de dólares no período de 1964 a 1967 para a média de 10,2 bilhões no período entre 1971 e 1974. Em 1975 a dívida atingiu 21,2 bilhões, chegando a 81,3 bilhões em 1983. Para se ter uma ideia do quão problemático era este cenário, basta atentar para o fato de que entre 1979 e 1983 o serviço da dívida correspondia a 90% de todas as exportações do país (Cano, 2015).

Fica claro que uma das principais razões para este crescimento da dívida externa tinha origem no ordenamento do capitalismo internacional e na grande disponibilidade de capitais, em virtude da grande crise de superacumulação dos anos 60/70. Um dos principais objetivos do endividamento era “[...] propiciar meios de pagamento internacionais e não apenas investimentos produtivos. Internacionalização e desnacionalização são categorias que definem o estado da economia no período” (MENDONÇA, 1986, p. 99). Acrescenta-se, ainda, o crescimento vertiginoso da participação das empresas multinacionais na economia brasileira. Segundo dados de Mantega e Moraes (1980), cerca de 30% do patrimônio líquido total das 5.113 maiores empresas industriais do país tinha origem em capitais estrangeiros.

Na prática, essa composição “desnacionalizante” significou a concordância da burguesia nacional em intensificar o processo de industrialização nos marcos da nova divisão internacional do trabalho. Como afirma Marini (2013), tais opções atenderam a duas necessidades essenciais das burguesias de países centrais, em especial dos Estados Unidos: a) escoar equipamentos já obsoletos devido ao veloz processo de evolução tecnológica; e b) fomentar o desenvolvimento de parques industriais responsáveis por certos níveis de produção (raramente de alta tecnologia), de acordo com a mencionada nova divisão do trabalho.

Ocorre que todo este processo gerou consequências seríssimas para os trabalhadores. Segundo Marini (2013), a intensificação de um desenvolvimento industrializante dependente tinha como contrapartida o aprofundamento do problema de realização interna da produção (separação entre produção e circulação). A intensificação da renovação tecnológica nesses marcos contou, assim, com a aceitação da grande burguesia nacional, mas afetou duramente os trabalhadores e as possibilidades de independência econômica do país. Não por acaso, Antunes (2011) entende que durante a ditadura a estrutura produtiva nacional se caracterizou por ser “*bifronte*”.

De um lado, estruturou-se a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos, etc. [que contava com forte participação de capitais estrangeiros], para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e por parcela significativa das classes médias, especialmente seus estratos mais altos. De outro, desenvolveu-se um polo voltado para a exportação, não só de produtos primários, mas também de produtos industrializados de consumo. (ANTUNES, 2011, p.84)

Tal configuração estrutural do mercado interno (dividido em esferas distintas de circulação) explica porque os setores exportadores seguiram sendo fundamentais para o projeto de industrialização, intensificando a dependência e acentuando cada vez mais seu mecanismo compensatório, a superexploração da força de trabalho. Essa estrutura produtiva elevou os níveis de desemprego no país, contribuindo para a desigualdade na distribuição de renda e para o enfraquecimento do mercado interno.

Essa limitação do mercado interno remete a presente análise à categoria do subimperialismo, também verificada por Marini (2013). Para os presentes fins, basta compreender que o subimperialismo pode ser definido (muito resumidamente) como outro mecanismo utilizado por economias dependentes visando a compensação pela perda estrutural de valor em trocas desiguais no mercado mundial (Marini, 2013). Em outras palavras, tal ferramenta seria a materialização da busca por reservas externas de mercados em economias ainda mais dependentes no cenário mundial, em especial sobre países da América Latina e da África. O relevante aqui é notar que a prática subimperialista vai se combinar neste momento histórico com o tradicional mecanismo da superexploração, contrabalanceando os efeitos da dependência e mantendo em níveis compensatórios as taxas de acumulação da grande burguesia nacional.

Na realidade, foi o aprofundamento da superexploração, evidenciada pelos dados apresentados anteriormente (arrocho salarial, intensificação do trabalho, prolongamento das jornadas) que permitiu a saída subimperialista. “O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial [verificadas na ditadura] tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados” (MARINI, 2013, p. 129).

A reativação da acumulação nos marcos traçados pelo modelo subimperialista imposto em 1964 dependia inteiramente da inversão dessa tendência [acirramento das lutas de classe que pressionavam para o ganho real do trabalho sobre o capital], o que significava a reafirmação da superexploração do trabalho como mecanismo básico. A lei antigreve, o chamado arrocho salarial e os esforços para retirar dos trabalhadores o direito à estabilidade no emprego compuseram os eixos da política econômica do regime militar, apoiados na dissolução ou no controle direto dos sindicatos por parte do governo, no dismantelamento da liderança operária e na repressão brutal das organizações políticas que tinham se colocado ao lado dos trabalhadores. (MARINI, 2013, p. 175).

Entende-se agora para quem serviu de fato o tal “milagre”. Mais do que isso, percebe-se de forma mais precisa a fundamental importância da reversão do aumento real dos salários e da necessidade urgente de contenção da capacidade política-organizativa dos trabalhadores para garantir a opção de desenvolvimento materializada pelo golpe e pelo regime.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que, ao contrário do que sugere certa bibliografia, um regime político ditatorial definitivamente não é empecilho para a realização dos objetivos do mercado e do capital. Fernando Henrique Cardoso (1975), por exemplo, é um dos autores que partem do pressuposto de que o Estado ditatorial gestado a partir de 64 não seria permeável aos interesses de mercado. Para ele, o autoritarismo político estaria intrinsecamente ligado ao modelo econômico pautado em ações do Estado e, por isso, seria antagônico à lógica do “livre mercado”.

Entretanto, o presente trabalho destacou os contornos de classe que circundaram o golpe e a ditadura. As ações assumidas pelo Estado brasileiro naquele período revelam conexões diretas com os interesses do grande capital, seja interno ou externo. Se é verdade que a superexploração da força de trabalho é um ótimo negócio para a burguesia nacional e, ao mesmo tempo, garante os interesses imperialistas de manutenção das condições de dependência; também é verdade que o *modus operandi* de terror adotado pelo Estado e conduzido pelas Forças Armadas foi fundamental para o enraizamento de tal conformação histórica.

Portanto, não há constrangimento algum para que os imperativos de mercado sejam incentivados em meio a regimes políticos ditatoriais. De fato, o modo de

produção capitalista admite desde expressões políticas de cunho fascista, passando por ditaduras militares-policiais e chegando até formas democráticas de corte liberal, a depender do andamento histórico das lutas de classes. Assim, fica evidente que a ditadura brasileira não pode ser avaliada fora do desenvolvimento capitalista universal, mas sim como um período histórico particular do movimento combinado e desigual do capital.

Em segundo lugar, pôde-se notar uma série de consequências a partir de abril de 64 para a classe trabalhadora: controle e repressão pautado no terror de Estado; demissões e perseguições dentro e fora dos locais de trabalho; destruição, intervenção e modificação das organizações dos trabalhadores; desvalorização das lutas coletivas em prol de concepções individualistas; desvalorização real dos salários; aprofundamento da desigualdade de renda e de riqueza; intensificação das jornadas e da produtividade; transferências compulsórias de recursos dos trabalhadores para a burguesia; diminuição da qualidade de vida; etc. Todo esse cenário de ataques concretos à classe trabalhadora e à categoria trabalho significou a consolidação da condição de dependência baseada na superexploração da força de trabalho, viabilizada também por uma política externa de caráter subimperialista.

Assim, pode-se afirmar que a opção consciente pela integração dependente-associada ao imperialismo, revelada na aliança empresarial-militar, foi concretizada fundamentalmente por meio do aprofundamento da exploração dos trabalhadores no decorrer do regime. Como vimos, tal conformação gerou graves prejuízos para a classe-que-vive-do-trabalho, suas formas de luta e suas condições de vida, situação que persiste e se aprofunda nos dias de hoje, tal como apontam, de distintas formas, Antunes (2009) e Carcanholo (2013).

De tudo isso, fica a percepção de que para entendermos a realidade das condições atuais de precarização das relações de trabalho no Brasil, devemos tomar a superexploração da força de trabalho em suas diversas dimensões como objeto central de análise. Nesse sentido, cabe aos estudos organizacionais assumirem seriamente esse arsenal categorial para aprimorar suas bases de investigação e, conseqüentemente, desmistificar suas teorias e seus conceitos convencionais. Em outras palavras, não há como avançar na compreensão de temas importantes para a área, como os processos de trabalho ou os mecanismos de gestão, sem atentar para a dinâmica, a história e as formas de inserção do Brasil, uma economia dependente-associada, na estrutura produtiva mundial.

Referência Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural*. In: Revista Theomai (Estudios sobre Sociedad y Desarrollo), nº19, 1º semestre, 2009.
- _____. *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *1964, o ano que não terminou*. In: SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson (org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- AMARAL, Marisa e CARCANHOLO, Marcelo. *A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes*. In: Revista. Katál. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, jul./dez, 2009.
- BRASIL. *Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa instaurado a partir do decreto nº 7.037, de dezembro de 2009 e atualizado pelo decreto nº 7.177, de maio de 2010. Disponível em arquivo eletrônico no site: <www.direitoshumanos.gov.br>. Acesso em: 14/07/2015.

- CANO, Wilson. *Golpe, Crise e Neoliberalismo: para onde vamos?* In: ZACHARIADHES, Grimaldo (org.). 1964 – 50 anos depois: a ditadura me debate. Aracajú: EDISE, 2015.
- CARCANHOLO, Marcelo. *O atual resgate crítico da teoria da dependência*. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr, 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COIMBRA, Cecília e LEITÃO, Maria Beatriz. *Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades*. In: Revista Psicologia & Sociedade, n. 15 (2), p. 6-17, jul./dez., 2003.
- DEMIER, Felipe. *A ditadura bonapartista do grande capital: a questão dos regimes políticos nas interpretações históricas*. In: Revista Outros Tempos, vol. 11, n.17, p. 166-182, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *O significado da ditadura militar*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964, Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia e Reformas: A conciliação frustrada*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964, Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. Ed.: 5ª. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- GURGEL, Cláudio. *Educação em Tempo de saudosismo autoritário – A ditadura militar e sua gestão: novos mitos, 40 anos depois*. In: Revista Movimento, Niterói, nº 13, p. 95-106, maio, 2006.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, Dependencia y Globalización*. Organizador: Carlos Eduardo Martins. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.
- _____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Ed.: 4ª. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opção de desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Dilemas e Perspectivas da Economia Brasileira no Pré-64*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964, Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PESSANHA, Elina. *Os Operários Navais do Rio de Janeiro sob a Ditadura do pós-1964: repressão e resistência*. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 6, nº 11, p. 11-23, jan./jun., 2014.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores, Sindicatos e Regime Militar no Brasil*. In: PINHIERO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho de Clásicos Políticos da América Latina - Banco Central de Venezuela, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Era o golpe de 1964 inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964, Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964, Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.